



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DE REDES E BANCO DE DADOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70065-900
Telefone: - www.turismo.gov.br

NOTA
TÉCNICA Nº: 31/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE

PROCESSO Nº: 72031.010401/2020-73

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII)

INTERESSADO: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC)

ASSUNTO: **Parecer técnico complementar - Pregão Eletrônico nº 07/2021**

Atendimento ao Parecer Jurídico nº 00490/2021/CONJUR-Mtur (SEI nº 1171293) que trata da análise da documentação relativa à qualificação técnica do Pregão Eletrônico nº 07/2021; da necessidade do serviço ser executado visando a manutenção da Certificação ABNT 15.247.

Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração,

I. RELATÓRIO

1. Esta Nota Técnica (NT) visa explicitar as justificativas técnicas que fundamentam a necessidade de prestação de serviço de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) por empresa que demonstre manter a Certificação ABNT 15.247 existente para as salas, conforme termos do Edital do Pregão Eletrônico (PE) nº 07/2021.

II. ANÁLISE

2. Primeiramente, cumpre registrar que, conforme apontamento da Consultoria Jurídica, o Ministério do Turismo fundamentou a necessidade de manutenção preventiva e corretiva

de seus ambientes de sala-cofre, calcados na descrição de serviços pertinentes à manutenção da certificação ABNT 15.247, sendo portanto de conhecimento das licitantes os requisitos necessários a serem atendidos, conforme Termo de Referência, documento anexo do Edital e indissociável deste.

3. Quanto à solicitação de parecer técnico complementar, requerido pelo órgão jurídico, conforme item 31 do supracitado parecer, apresenta-se abaixo os elementos técnicos ensejadores da necessidade do Ministério do Turismo para manutenção da certificação ABNT 15.247 em tais ambientes.

4. Conforme já exposto na NOTA TÉCNICA Nº: 28/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (1120684), o serviço com a garantia de certificação inclui uma série de procedimentos, descritos no Termo de Referência, seguindo parâmetros do fabricante e requisitos estabelecidos na Norma Técnica ABNT 15.247. Os serviços ora licitados inclui a troca e reposição de peças, que devem seguir a mesma padronização do método construtivo, sob o risco de não conformidade, o que pode ocasionar falhas na segurança do ambiente, comprometer os ativos de tecnologia da informação e sobretudo ocasionar perdas de dados informações importantes do Ministério do Turismo, considerando que todo o legado digital do órgão encontra-se sob a proteção de tais ambientes.

5. O entendimento é reforçado pela Associação Brasileira de Normas técnicas - ABNT, conforme questionamento exposto na Nota Técnica (NT) nº 22 (SEI nº 1060436):

1) Existe a possibilidade de empresa não habilitada pela ABNT na norma 15.247 prestar serviços de manutenção de salas-cofre sem que as salas que recebam o serviço percam a referida certificação?

Resposta ABNT:

A ABNT não pode afirmar que empresas não certificadas por este OCP (Organismo de Certificação de Produtos) tenham qualificação e competência necessárias para avaliar se o correto funcionamento e a manutenção das características originais de projeto estão mantidos, pois a Certificação da solução Sala-Cofre da ABNT tem objetivo de garantir o desempenho da solução frente aos diversos riscos provenientes de um sinistro ao longo da sua vida útil. Portanto, a ABNT somente pode garantir o elevado grau de confiança e proteção das informações e dados ali armazenados em caso de sinistro, impedindo a descontinuidade das operações, expondo empresas e órgãos públicos a riscos de proporções inestimáveis, se a manutenção for realizada por empresas certificadas pela própria ABNT ou autorizadas destas. *(grifos nossos)*.

[...] O programa de certificação da ABNT para salas-cofre eleva de forma considerável o nível adequado de segurança ao assegurar por meio de auditorias e inspeções que a manutenção seja executada apenas por mão de obra qualificada e com o uso de peças originais homologadas pelo fabricante. *(grifos nossos)*.

6. É importante reforçar, conforme exposto na NOTA TÉCNICA Nº: 28/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (1120684), que a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT realiza auditorias anuais nas salas-cofre do Ministério do Turismo com rigorosos padrões para aferição de conformidade, como combate a incêndios, teste de estanqueidade, vedações e tantos outros. O órgão por si não possui a expertise para aferir a segurança da sala-cofre e de seus componentes, razão pela qual, é tão importante garantir a manutenção da certificação, segundo os parâmetros da Norma ABNT 15.247, atestados por associação credenciada para tanto e sem vínculo com a empresa que venha a executar os serviços.

7. Nesse contexto, entende-se que o funcionamento correto das salas-cofre do Mtur **não pode representar risco relevante (médio ou alto)** em razão de eventual prestação de serviços de manutenção de salas-cofre que não utilize produtos homologados pelo fabricante, que não possua mão de obra qualificada e que não seja submetido a avaliações\auditorias frequentes para verificação de conformidade dos produtos.

8. É importante frisar que os danos que possam vir a ser causados ao Ministério do

Turismo vão além daqueles informados no Acórdão nº 589-12/2009, relativos à gestão de um contrato com empresa que não garanta as certificações dos produtos, pois os casos de perda de dados e informações não são sanáveis com a execução de garantia contratual: mais importante que o valor dos ativos nas salas-cofre são os sistemas que eles hospedam, que representam bens intangíveis, cuja indisponibilidade ocasionaria consequências incalculáveis para o setor.

9. Em eventual dano aos ativos nas salas-cofre e em caso de inoperação e corrompimento de certos sistemas do Ministério do Turismo, haveriam danos graves à prestação do serviço público que não podem ser reparados mediante aplicação de garantia contratual (os danos ao erário seriam muito superiores). São exemplos de serviços\ sistemas ao cidadão:

9.1. **Cadastur:** cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turístico para participação em programas de qualificação promovidos e apoiados pelo Ministério do Turismo;

9.2. **SALIC:** apoio às Leis de Incentivo à Cultura;

9.3. **SNC:** o sistema nacional de cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade;

9.4. **Vale Cultura:** benefício mensal concedido pelo empregador para os trabalhadores;

9.5. **Rede Cultura Viva:** política pública cultural voltada para o reconhecimento e apoio às atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura.

9.6. **Pracinhas:** as Pracinhas da Cultura reúnem ações culturais, práticas esportivas e de lazer, qualificação, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital.

9.7. **Mapas Culturais:** Espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura.

9.8. **Prodetur:** Programa do Ministério do Turismo, que visa contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio de parcerias com estados e municípios.

9.9. **Mapa do Turismo:** é um instrumento no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que define a área - recorte territorial - a ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério do Turismo no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas.

9.10. **Selo Turismo Responsável:** programa que estabelece boas práticas de higienização para cada segmento do setor turístico. O selo é um incentivo para que os consumidores se sintam seguros ao viajar e frequentar locais que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19, posicionando o Brasil como um destino protegido e responsável.

9.11. **Turismo Acessível:** conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

9.12. **Portal de Investimentos:** faz parte da estratégia de transformação digital do Governo Federal e funciona como um portfólio digital de projetos no setor de turismo e um *marketplace*, o qual busca aproximar investidores, empreendedores e poder público.

10. O caso em concreto do Ministério do Turismo se assemelha, em necessidade, ao caso citado no Acórdão 1474/2017 - Plenário, uma vez que, após contratar a solução de uma sala-cofre com a certificação ABNT NBR 15.247, *é razoável que o órgão prime pela manutenção da certificação quando da execução dos seus serviços de manutenção, uma vez que decidir por essa garantia em um primeiro momento já teve um custo elevado aos cofres públicos.* E além disso, *cabe exclusivamente à*

Administração decidir sobre as especificações de segurança necessárias, porquanto somente o gestor conhece as disponibilidades orçamentárias do órgão e as reais necessidades de segurança da entidade que dirige.

11. Quanto à questão, é importante frisar que o órgão, quando decidiu pelo investimento em segurança de dados e informações, em ambiente com certificação segundo a Norma ABNT NBR 15.247, primou pela manutenção e continuidade dessa segurança, o que atualmente é observado em seus atuais contratos de manutenção preventiva e corretiva das salas-cofre.

12. A sala-cofre do Bloco B da Esplanada dos Ministérios (associada ao serviços de TI prestados pela Secretaria Especial da Cultura - Secult) foi adquirida em 22 de julho de 2013 (SEI nº 1184391, vol. III, documento número: 0158098, págs. 152 a 170). O valor despendido à época foi de **R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais)**.

13. A sala-cofre do Bloco U da Esplanada dos Ministérios foi adquirida em 31 de dezembro de 2013 (SEI nº 0097998, contrato nº 25/2013, pág. 3). O valor despendido à época foi de **R\$ 3.560.100,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil e cem reais)**.

14. Assim, os requisitos previstos no Termo de Referência visam ainda, além das justificativas técnicas acima expostas, preservar o alto investimento realizado ao garantir a conformidade do produto (salas) e a manutenção de sua qualidade conforme especificações determinadas pelo fabricante.

15. Portanto, a previsão da prestação de serviço de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) com a preservação da certificação, segundo a Norma Técnica 15.247, foi prevista no Termo de Referência do processo de contratação em questão, cabendo às licitantes se atentarem a tais requisitos.

16. Ao manter a exigência pela prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca e a reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) preservada a certificação 15.247 existente em ambas salas, almeja-se:

16.1. Proteger de forma adequada os dados e informações do Ministério do Turismo.

16.2. Diminuir riscos referentes à sinistros ou desastres nos ambientes das salas-cofre bem como nos equipamentos ali hospedados, por meio de auditorias e inspeções frequentes.

16.3. Proteger o investimento realizado pelo órgão.

16.4. Garantir o funcionamento das salas-cofre de acordo com a aquisição inicial, por meio da substituição de peças e componentes originais homologadas pelo fabricante, bem como pelo emprego de mão de obra qualificada na execução dos serviços.

III. CONCLUSÃO

17. Diante de todo o exposto, entende-se que a manutenção da certificação, segundo a Norma Técnica ABNT 15.247, é primordial para mitigação de riscos ao ambiente de infraestrutura de TI, garantindo maior segurança dos dados e informações do Ministério do Turismo, visando ainda o atendimento ao interesse público e à continuidade de seus serviços, além da proteção dos ativos de tecnologia da informação e comunicação da pasta.

18. Assim, depreende-se, conforme estabelecido no Termo de Referência, pela prestação dos serviços de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) **por empresa que demonstre manter a Certificação ABNT 15.247.**

À consideração superior.

JEAN RIBAS DE ARAÚJO

Matrícula: 1544123

Agente Administrativo - Integrante Técnico

De acordo, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

SUMAI D ANDRADE DE ALBUQUERQUE

Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Tecnologias

FERNANDO NEIVA CARVALHO DILLY

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Jean Ribas de Araujo, Integrante Técnico**, em 15/10/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Sumaid Andrade de Albuquerque, Coordenadora-Geral**, em 15/10/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Neiva Carvalho Dilly, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Inovação**, em 15/10/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1181635** e o código CRC **99C9407C**.